

Os direitos humanos e os deficientes físicos

José Gregori

A sociedade contemporânea vem enfrentando, nas últimas décadas, inúmeros desafios de uma realidade em processo de transformação crescente e acelerada.

Somos inseridos na sociedade da maneira como ela estabelece. De acordo com a nossa cultura, sejam quais forem as características que apresentamos ao nascer e as que adquirimos no transcorrer de nossas vidas, estas características indicarão o nosso papel e a nossa função social.

Ao nos reportarmos aos primórdios da humanidade, verificamos que as difíceis condições de sobrevivência impunham aos nossos ancestrais mais remotos o abandono ou mesmo o sacrifício de crianças que ao nascer apresentassem algum tipo de deficiência.

Na antiguidade clássica, conforme ocorria em Esparta e em outras sociedades voltadas para a guerra, a lei impunha o sacrifício das crianças portadoras de deficiência, cabendo às próprias mães tal responsabilidade.

Com o advento do cristianismo a sociedade passou a promover a valorização da pessoa e o direito à vida e a instituir a caridade como instrumento para assistir àqueles que,

temporariamente ou não, estivessem impedidos de prover o próprio sustento.

Isso nos leva a entender que o modo de a sociedade equacionar os problemas criados pela presença de minorias diferenciadas, como os portadores de deficiência, reflete sua concepção fundamental da natureza e do valor do homem e seus pressupostos básicos sobre suas obrigações comunitárias para com o cidadão individual.

As diferenças, historicamente, têm se constituído em desestabilização das ordens sociais.

Ser diferente contraria a sociedade, na medida em que o que se busca instaurar é a uniformidade.

A promoção da igualdade de oportunidades, essencial à democracia, reside na consciência de que as pessoas são desiguais.

O enfrentamento da problemática da deficiência requer uma ação planejada, uma postura política explícita que norteie nossas decisões.

Nesse sentido a participação do governo brasileiro veio a se expressar por meio da inclusão do tema da deficiência na agenda política da defesa dos direitos dos cidadãos.

A concretização desse compromisso pode ser medida pela priori-

dade atribuída à questão no Programa Nacional de Direitos Humanos, que vem sendo desenvolvido desde 1996.

Hoje, a ânsia de pertencer ao Primeiro Mundo galvaniza a grande maioria dos brasileiros. Se queremos fazê-lo usando a porta da frente, devemos tratar a questão da deficiência com realismo e coragem, considerando-a — a exemplo do que se faz no mundo civilizado — como uma questão pública, isto é, a exigir não apenas a intervenção do estado, mas também das famílias, das empresas e demais entidades da sociedade civil.

É necessário esclarecer que ser portador de deficiência também é sinônimo de eficiência. Que o diga, por exemplo, Hawking, que, embora não ande e não fale, é considerado o maior cientista da atualidade. Que o digam, também, os excelentes programadores cegos trabalhando nos grandes centros de processamento de dados do nosso país, os quais contam, ainda, com centenas de digitadores surdos, tão ou mais produtivos do que seus colegas "ouvintes".

Nos arquivos e bibliotecas do país, portadores de deficiência mental estão ajudando a recuperar

documentos históricos e obras raras, demonstrando insuspeita habilidade.

O recente evento da III Bienal Internacional de Arquitetura, em São Paulo, revelou-nos a competência de arquitetos portadores de deficiência física, construindo sem barreiras, ao lado de outro também portador de deficiência física que com seu talento vem brilhando no campo do jornalismo.

É hora de refletirmos sobre nós mesmos. Vamos nos debruçar sobre nossas idéias e aspirações, vamos nos distanciar de nossa prática cotidiana e vislumbrar novos horizontes. Faremos esse exercício contrapondo as mais diferentes concepções que têm norteado o entendimento sobre a questão das pessoas portadoras de deficiência.

Será no estabelecimento de uma prática política, democrática e participativa que reverteremos o quadro de desigualdades que hoje testemunhamos, fazendo com que portar uma deficiência signifique tão-somente ser diferente e não desigual.

■ José Gregori é secretário nacional dos Direitos Humanos